



PODER

Governo anuncia que vai reduzir imposto de importação de produtos, rever regras dos vales alimentação e refeição e incentivar a produção de itens da cesta básica. Ministro assegura que não haverá tabelamento de preços nem outras ações "heterodoxas"

Medidas para tentar baratear alimentos

» VICTOR CORREIA

O governo prepara medidas para tentar reduzir o alto custo dos alimentos, que se tornou um dos maiores problemas para a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma delas é diminuir o imposto de importação de produtos que estejam mais caros no país e mais baratos no mercado internacional. As ações foram discutidas no Palácio do Planalto, ontem, em reunião do chefe do Executivo com ministros e com o diretor-presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto.

No encontro, que durou cerca de três horas, o governo também decidiu rever regras dos vales alimentação e refeição e adotar medidas no médio e longo prazos para incentivar a produção de itens da cesta básica.

Em conversa com jornalistas após a reunião, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, negou a possibilidade de intervenção direta nos preços. "Nenhuma medida heterodoxa será adotada. Não haverá congelamento de preços, tabelamento, fiscalização — não terá 'fiscal do Lula' nos supermercados e nas feiras —, não terá rede estatal de supermercados ou de lojas. Isso não existe e sequer foi apresentado na reunião, nesta ou em qualquer outra", declarou Rui Costa.

Também participaram do encontro os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Carlos Fávaro (Agricultura), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) e Esther Dweck (Gestão).

Temores sobre uma possível interferência direta do governo no preço dos alimentos circularam nesta semana após declaração do próprio Rui Costa sobre "intervenções" estudadas pelo governo. O termo, porém,

Plano Cruzado

A referência é aos "fiscais do Sarney" na época do lançamento do Plano Cruzado, do então presidente José Sarney. A população foi estimulada a verificar se os preços dos alimentos tabelados pelo governo estavam sendo respeitados pelos supermercados.

segundo o ministro e a Casa Civil, foi mal colocado. Desde então, o Planalto age para afastar a possibilidade.

No curto prazo, segundo Costa, o governo avalia reduzir ou zerar o custo de intermediação dos vales-alimentação, atualmente estimado entre 10% e 15%. Para a gestão, a mudança pode aumentar o poder de compra de alimentos para a população. A Fazenda estuda a medida e deve apresentar uma proposta a Lula até semana que vem. "Não é correto que o trabalhador receba um vale alimentação e 10% dele esteja sendo apropriado pela intermediação", argumentou Costa.

Ainda conforme o ministro, o Executivo federal pode zerar, no curto prazo, a alíquota de importação de "todo e qualquer produto que esteja mais barato no mercado internacional", como forma de estimular a queda no preço interno, aumentando a oferta do produto.

"Não se justifica estarmos com os preços maiores do que o patamar internacional, já que o Brasil se constitui em um dos maiores exportadores de alimentos do mundo", destacou o chefe da Casa Civil.

No médio e longo prazos, o Executivo federal trabalhará por incentivos à produção,

Wallisson Breno / PR



Rui Costa, após a reunião no Palácio do Planalto: "Não se justifica estarmos com os preços maiores do que o patamar internacional"

Nenhuma medida heterodoxa será adotada. Não haverá congelamento de preços, tabelamento, fiscalização — não terá 'fiscal do Lula' nos supermercados e nas feiras —, não terá rede estatal de supermercados ou de lojas"

Rui Costa, ministro da Casa Civil

especialmente de alimentos que estão na cesta básica. Segundo Fávaro, Lula determinou que o ministério inclua essas diretrizes no Plano Safra deste ano.

"É importante dizer que o presidente determinou que a gente

já comece a discutir medidas de estímulo, um novo Plano Safra que estimule mais, principalmente os produtos que chegam à mesa da população. E é a partir disso então que nós vamos nos debruçar", declarou.

Otimismo

O diagnóstico do governo é que a inflação de alimentos foi fortemente afetada pelos eventos climáticos extremos de 2023 e 2024, mas que o cenário não deve se repetir. A expectativa é de que a "supersafra" contribua para reduzir os preços, com produção 8,3% maior do que a safra anterior, segundo cálculo da Conab. O arroz, por exemplo, deve ter uma colheita de 13%. "A expectativa é extremamente positiva de uma supersafra este ano. Na lei de mercado, uma maior oferta leva a um menor preço", frisou Costa.

Fávaro, por sua vez, apontou que houve menos intempéries climáticas no fim do ano passado que

possam afetar a colheita, em comparação com os anos anteriores, citando as enchentes no Rio Grande do Sul e a seca na Amazônia. "Deus nos abençoou com um clima muito favorável", afirmou o ministro.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, que não participou do encontro por ter agenda em São Paulo, também demonstrou otimismo para 2025. Ontem, ele mencionou o câmbio como um outro fator, além da supersafra esperada, que pode ajudar a baixar os preços. "Você tem fertilizante, combustível, equipamento, muita coisa que é contaminada pelo dólar. Então, com a redução do dólar, também vai ajudar", sustentou.

Prévia da inflação tem alta de 0,11%, puxada por comida e bebida

» FERNANDA STRICKLAND

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial, registrou alta de 0,11% em janeiro de 2025, conforme divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa uma desaceleração em relação à taxa de 0,34%, de dezembro de 2024, mas está acima do esperado pelo mercado, que previa deflação.

O resultado é uma combinação de altas expressivas em grupos como Alimentação e bebidas (1,06%) e Transportes (1,01%), e uma queda significativa no grupo Habitação (-3,43%), que ajudou a conter o índice geral. Em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,50%, abaixo dos 4,71% registrados no período imediatamente anterior.

Entre os principais grupos de consumo pesquisados, Alimentação e bebidas lideraram o impacto, com alta de 1,06% e contribuição de 0,23 ponto percentual (p.p.) para o índice geral. O destaque negativo foi o tomate, que subiu expressivos 17,12%, seguido pelo café moído, com aumento de 7,07%. Por outro lado, itens como a batata inglesa (-14,16%) e o leite longa vida (-2,81%) ajudaram a conter o avanço.

A alimentação fora do domicílio também teve desaceleração, registrando variação de 0,93% em janeiro, menor que os 1,23% de dezembro.

O grupo Transportes foi o segundo maior impacto, com aumento de 1,01% e contribuição de 0,21 p.p. Já passagens aéreas lideraram pressão individual no mês, com alta de 10,25%, equivalente a 0,08 p.p. no índice geral. Por sua vez, os combustíveis registraram aumento médio de 0,67%, puxados pelo etanol (1,56%), pelo óleo diesel (1,10%) e pela gasolina (0,53%).

Embora o grupo Habitação tenha registrado queda significativa de -3,43%, impactando o índice geral em -0,52 p.p., aliviando parcialmente o custo de vida, os aumentos em itens essenciais, como alimentos e transporte, continuam pesando no bolso do consumidor.

Desafios

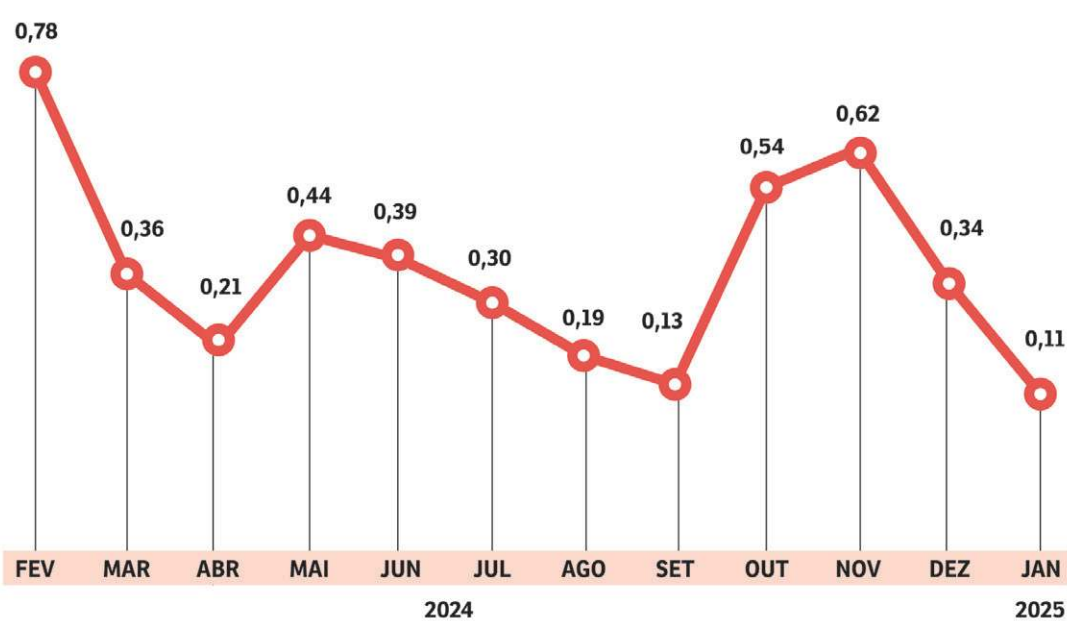
Nos últimos 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,50%, ligeiramente abaixo dos 4,71% registrados no período anterior e ainda dentro do teto da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. No entanto, especialistas alertam para as pressões inflacionárias persistentes.

Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, avalia que

Carestia

A prévia do IPCA ficou em 0,11% em janeiro, abaixo da taxa registrada em dezembro de 2024, mas acima do esperado pelo mercado

VARIAÇÃO MENSAL (Em %)



Fonte: IBGE

"a alta do IPCA-15 ficou acima das expectativas do mercado, evidenciando pressões inflacionárias ainda presentes. Isso pode levar o Copom a adotar uma postura mais rigorosa, elevando a taxa Selic em até 1 ponto percentual na próxima reunião".

Volnei Eyng, CEO da Multiplike, ressalta a importância de medidas estruturais para conter a alta dos preços: "Com o governo fiscalmente limitado, o alívio nos preços de alimentos exige soluções que vão além de renúncias tributárias.

Melhorar a logística e estimular a concorrência na distribuição podem ser caminhos para reduzir custos".

CEO do Grupo Studio, Carlos Braga Monteiro destaca o impacto do índice no cenário econômico. "Embora o

IPCA-15 de janeiro traga algum alívio em relação ao mês anterior, a inflação ainda permanece acima da meta e reforça a possibilidade de um aumento na Selic. Isso encarece o crédito e pode dificultar a recuperação econômica", disse.

